

RESENHA

CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES: DISCENTE E DOCENTES

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/63902>

IDENTITIES OF CONSTRUCTION: STUDENTS AND TEACHERS

Maria Helena Camara Bastos

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil.



ASCENZI, Anna; SANI, Roberto. *Tra disciplinamento sociale ed educazione alla cittadinanza: l'insegnamento dei Diritti e Doveri nelle scuole dell'Italia unita (1861-1900)*. Macerata: Università di Macerata, 2016.

ASCENZI, Anna; SANI, Roberto. *Oscuri martiri, eroi del dovere: memoria e celebrazione del maestro elementare attraverso i necrologi pubblicati sulle riviste didattiche e magistral nel primo secolo dell'Italia unita (1861-1961)*. Milano: Franco Angeli, 2016.¹

Anna Ascenzi e Roberto Sani integram o Centro di documentazione e ricerca sulla storia del libro scolastico e della letteratura per l'infanzia - Cesco (2004), vinculado ao Dipartimento di Scienze della formazione, dei beni culturali e del turismo da Università degli studi di Macerata/Itália. A professora Ascenzi coordena o Cesco e o Museo della Scuola Paolo e Ornella Ricca (2010). O professor Sani é o editor da revista *History of Education & Children's Literature* (2006).

¹ Livros italianos podem ser adquiridos pelos sites [libreriauniversitaria](http://libreriauniversitaria.it); ibs.it; amazon.it

A primeira obra - *Tra disciplinamento sociale ed educazione alla cittadinanza: l'insegnamento dei Diritti e Doveri nelle scuole dell'Italia unita (1861-1900)* - integra a coleção Biblioteca di History of Education & Children's Literature, dirigida pelos referidos professores desde 2011, correspondendo ao volume 15. O texto é composto por uma introdução e cinco capítulos, seguidos de três apêndices e índice de nomes.

Na introdução os autores apresentam o objetivo da pesquisa²: o aprofundamento e a análise das características da disciplina Direitos e Deveres do Cidadão, incluída como obrigatória na escola elementar e nos cursos de educação secundária italianos - escola normal e escola técnica - depois da Unificação (1861), com a finalidade de promover, na nova geração, os valores da cidadania e o sentimento de pertencimento a um novo país unificado.

O período abarcado é de 1861 a 1900. Com uma reconstrução histórica do contexto político e ideológico da estrutura oligárquica do país e com apoio em uma multiplicidade de fontes documentais - legislação, programas, conteúdos, horário, manuais, relatórios de inspetores e professores, características do corpo docente, avaliação, métodos - os autores explicitam a função a ser exercida pela disciplina Direitos e Deveres do Cidadão na escola italiana:

Destacar a profunda diferença entre a cidadania ideal, aquela delineada sobre bases de um refinamento do que é direito e deveres em abstrato, e a cidadania real, expressão da ideia geral de sociedade - e de Estado - que a classe dominante tentava realizar. Objetivava, substancialmente, ser um dispositivo de formação do cidadão consciente de seus direitos e deveres e de assumir suas responsabilidades civis, com um ensinamento voltado a garantir um sistema de regulação e legitimação, sob uma base ética e jurídica, de um ordenamento rigidamente classista da sociedade e o sistema de valores propugnados pelas elites burguesas. (2016a, p. 11)

Para demonstrar o objetivo da inserção da disciplina Direitos e Deveres do Cidadão Ascenzi e Sani analisam, no capítulo 1 - *Tra pedagogia e politica: i Diritti e doveri del cittadino nell'ordinamento scolastico casatiano* -, a legislação da instrução pública de 1859, Lei Casati, sobre o ensino da disciplina introduzida na escola elementar, na escola técnica e normal e nas classes inferiores³. Chamam a atenção que essa disciplina não era ministrada na escola secundária frequentada pelos filhos da elite e da pequena burguesia. Essa exclusão deixa evidente que se destinava às classes mais baixas da população, “fornecendo uma instrução política, capaz de inspirar sentimentos de honestidade, de amor à família, a si próprio, ao trabalho, à pátria, e, em consequência, às leis” (2016a, p. 17). Em síntese, com função de controle ideológico e de disciplinamento das classes populares, tinha em vista “formar um bom cidadão, que trabalha pelo progresso e a prosperidade da sociedade e da nação” (2016a, p. 17).

² Esta é parte de uma pesquisa maior que terá continuidade com a publicação posterior de um volume sobre o período das reformas Gentile (1923) e os anos 1920 e fascistas.

³ Na Lei Casati (1859), a escola elementar compreendia quatro classes: a primeira e segunda eram as classes inferiores, a terceira e quarta classes superiores. A instrução técnica foi dividida em dois graus: o grau inferior se chamava escola técnica e abrangia três anos; o grau superior se chamava Instituto Técnico e abrangia de dois ou três anos, dependendo do tipo de seção. A Escola Normal com três anos era dividida em duas etapas: inferior, os dois primeiros anos, e superior, que correspondia ao terceiro ano.

No segundo capítulo, intitulado *Formare il 'galantuomo operoso: l'insegnamento dei Diritti e doveri del cittadino nelle scuole elementari*, os autores analisam as alterações e prescrições da legislação e regulamentos sobre o programa da disciplina durante as quatro décadas, de 1860 a 1900, a ser ministrada no terceiro, quarto e quinto ano da escola elementar. Os programas, em uma síntese ampla, abarcavam como principais tópicos: as primeiras noções de deveres do homem e do cidadão, os direitos e os deveres do homem com a família, a sociedade, a pátria.

No apêndice 1 o leitor pode verificar as instruções emanadas dos programas da disciplina para as escolas elementares. Por exemplo: o de 1894 estabelece, para as disciplinas História da Itália, Geografia e Direitos e Deveres do Cidadão, para a terceira classe do curso inferior, temas sobre direitos e deveres do cidadão; para a quarta classe do curso superior temas relativos à família, sociedade, nação e ao governo; para a quinta classe do curso superior, direitos e deveres do cidadão a partir do Estatuto, temas sobre o ordenamento político e administrativo do Reino (2016a). A análise da historicidade dos programas da disciplina permite depreender as finalidades propugnadas pelas autoridades governamentais e elite dirigente: “a escola elementar deve se constituir em um instrumento de verdadeira educação nacional do nosso povo, destinada a disseminar nas gerações futuras o elemento de um rápido progresso civil” (2016a, p. 38).

No terceiro capítulo - *Per preparare al loro alto ufficio i generosi educatori de'figlioli del popolo: l'insegnamento dei Diritti e doveri del cittadino nelle scuole normali e magistrali* -, os autores analisam a inclusão da disciplina Direitos e Deveres nos cursos de formação de professores, juntamente com a de Religião e Moral. A inclusão dessas disciplinas visava a imbuir o futuro professor da escola elementar de um “verdadeiro sentimento patriótico, principal e indispensável fundamento da educação política” (2016a, p. 54). Além da análise dos programas os pesquisadores também abordam os manuais indicados à formação dos professores.

No quarto capítulo - *Per fornire una necessaria e compiuta istruzione civile e politica alla piccola borghesia urbana e ai nuovi ceti produttivi: l'insegnamento dei Diritti e doveri del cittadino nelle scuole tecniche* -, Ascenzi e Sani (2016a) mostram como a formação deveria objetivar um crescimento pessoal e profissional, com a elevação civil e política da juventude da classe trabalhadora e da pequena burguesia urbana. Assim como os futuros professores, os novos trabalhadores também deveriam estar imbuídos da importância de sua participação e contribuição à edificação do novo Estado por uma educação ético-civil, de exaltação da pátria e de institucionalização do estado liberal.

No último capítulo - *Retoriche della cittadinanza e struttura classista dell'Italia liberale dell' ottocento: lo scarto tra riconoscimento formale dei diritti e condizioni reali per il loro effettivo esercizio* - são analisados, a partir do Estatuto do Reino da Itália - *Statuto Albertino* (1848) -, os artigos relativos aos Direitos e Deveres do Cidadão (art. 24-32), os quais permitem verificar nos programas e manuais escolares que são somente “valores formais, teóricos, abstratos”, pois a grande maioria do povo não tinha acesso aos direitos políticos, de associação, de expressão. Por exemplo: o direito de voto era permitido somente aos homens com idade superior a 25 anos, alfabetizados, que pagassem um imposto maior que 40 liras italianas. Concluem que o ensino da disciplina visava a que o estudante adquirisse um “sistema de regulação, que legitimasse, somente no campo ético

e jurídico, o ordenamento rigidamente classista da sociedade e o sistema de valores preconizado pela elite burguesa, [...] promovendo uma verdadeira universalização dos princípios e modelos burgueses” (2016a, p. 90).

A obra é constituída de três apêndices (p. 91-163): Programas didáticos da disciplina para a escola elementar (1860-1894); Programas didáticos da disciplina para a escola técnica e normal (1860-1895); Repertório bibliográfico de manuais da disciplina para a escola elementar, técnica e normal (1861-1900), por ano de publicação, com quase três centenas de referências. Os autores reconhecem que esse levantamento é provisório, mas que a intenção foi dispor de um instrumento inicial de pesquisa que se constitui em um ponto de partida e de aprofundamento para pesquisas futuras.

Chamo a atenção para a preocupação dos pesquisadores com o levantamento de fontes, constituição de repertórios e disponibilização para a comunidade científica. Acredito que essa atitude precisa ser incorporada no campo da história da educação no Brasil.

Outro ponto a destacar é a necessidade de ampliar o olhar de como a formação do cidadão se processou no Brasil, ontem e hoje, em diferentes disciplinas do currículo, nos diversos níveis de ensino. Reconheço que já temos algumas pesquisas para o ensino de Educação Moral e Cívica no período das ditaduras de Getúlio Vargas (1937-1945) e no Regime Militar (1964-1985). Mas é preciso olhar para o século 19, os programas e manuais de economia política, educação moral e ensino religioso na escola elementar e secundária. Para o século 20 a disciplina Organização Social e Política Brasileira - OSPB -, os programas e os manuais não têm merecido um olhar aprofundado dos pesquisadores da área.

A segunda obra - *Oscuri martiri, eroi del dovere: memoria e celebrazione del maestro elementare attraverso i necrologi pubblicati sulle riviste didattiche e magistral nel primo secolo dell'Italia unita (1861-1961)* - integra a Coleção de Storia delle istituzioni educative e della Letteratura per l'Infanzia/Saggi, da editora Franco Angeli, Milano, dirigida pelas professoras Anna Ascenzi e Dorena Caroli, ambas da Università di Macerata. A pesquisa documental foi possível a partir do acervo depositado no Cesco, decorrente da publicação do *Dizionario Biografico dell'Educazione 1800-200*, sob a direção de G. Chiosso e R. Sani (2013).

Ao ler a presente obra lembrei-me da recente palestra que proferi na Universidade de Caxias do Sul (2015), em que chamei a atenção para o potencial que os necrológicos e obituários, publicados na imprensa periódica ou especializada, possibilitam à pesquisa historiográfica e, especialmente, para a história da educação, pois permitem rastrear os esquecidos ou anônimos professores e outros sujeitos vinculados às atividades educacionais e escolares em diferentes períodos históricos. A leitura e a análise dessa fonte permite caracterizar o sujeito da enunciação, sua auto-representação, o destinatário e a representação produzida da realidade social. O discurso expresso possibilita perceber o que foi valorizado para compor o retrato do falecido, o que constituía a imagem ideal e idealizada desse ser docente.

Afinal, o que é um necrológico ou obituário? “É um texto jornalístico que faz elogios de uma personalidade (ou não) que deixa a vida para entrar na história [...]. É um reconhecimento a um legado no momento em que as pessoas próximas precisam do reconforto” (Prikladnicki, 2015, p. 3). A maioria dos jornais diários tem essa seção,

geralmente coletada e escrita por jovens jornalistas que solicitam que o autor resuma “com lucidez, precisão e objetividade feitos de uma vida, em um tempo geralmente exíguo” (Prikladnicki, 2015, p. 3). Muitos periódicos preparam antecipadamente os obituários de personalidades, conforme relata Gay Talese, no livro *Sr. Má notícia* (1973).

Ascenzi e Sani (2016b) consideram um gênero literário em desuso ou marginal, mas com potencial para a pesquisa historiográfica para além de uma fonte biográfica. Destacam que é um dispositivo de

construção identitária de um grupo e da instituição que o produz, permitindo acompanhar a evolução do modelo de professor e funcionário escolar, em diferentes fases históricas e a luz de diferentes contextos ideológicos, políticos e culturais, aprofundando, por outro lado, o significado atribuído à instrução popular e à luta contra o analfabetismo. (p. 8)

Com introdução e seis capítulos os autores acompanham cem anos de necrológicos publicados em revistas de educação e ensino italianas (1861-1961). A particularidade é sua publicação em revistas especializadas na área, como um reconhecimento *pos-mortem* de sujeitos que dedicaram parte de suas vidas à atividade docente ou como funcionários em instituições escolares. Privilegiam os “protagonistas da instrução pública”, isto é, os “modestos e laboriosos educadores”, “os humildes e silenciosos operários da escola e do alfabeto” (Ascenzi; Sani, 2016b, p. 11).

O corpus documental é constituído de seis revistas: *L’Istitutore: Foglio ebdomadario d’istruzione* (1852-1894), que consideram “o primeiro e verdadeiro periódico docente e didático de âmbito nacional e de divulgação da pedagogia de matriz espiritualista e católico-liberal” (p. 13); *L’Osservatore Scolastico: Giornale d’istruzione e d’educazione* (1865-1899); *L’Unione dei maestri elementar d’Italia* (1870-1920); *La Scuola Nazionale: Rassegna di educazione e istruzione per le scuole elementari e normali e per gli educatori d’infanzia* (1889-1901); *I Diritti della Scuola* (1899-1994); *Scuola Italiana Moderna* (desde 1893 até hoje).

O primeiro capítulo analisa *L’Istitutore* e a promoção de um novo ideal de professor no início do processo da unificação nacional (1861). Os necrológicos destacavam como qualidades “o profundo sentimento pela pátria, autêntica consciência religiosa e vigorosa direção moral” (2016 b, p. 15) No segundo capítulo analisam os periódicos *L’Osservatore Scolastico* e *La Scuola Nazionale* e a responsabilidade ético-civil e patriótica dos docentes no final do oitocentos na Itália. Os necrológicos procuram construir uma memória dos professores como benfeitores do povo, apóstolos da pátria, ao mesmo tempo em que destacam a importância da preparação didática e pedagógica do professor e seu papel na luta contra o analfabetismo e pela difusão da instrução. Também são um espaço para denunciar as restrições econômicas e jurídicas relativas à carreira do magistério.

A seguir, no terceiro capítulo, os autores analisam *L’Unione dei maestri elementari*, no período de transição do século 19 para o século 20. O periódico é porta-voz da batalha pela elevação da classe do magistério e pela difusão da instrução popular, isto é, a defesa dos direitos dos professores. Os necrológicos vão destacá-los como “humildes operários do pensar, que suam e se esgotam em prol dos filhos dessa Nação” (2016b, p. 35).

O quarto capítulo analisa o periódico *Scuola Italiana Moderna*, o mais longo do corpus documental, como expressão da posição católica intransigente do período de 1893 até a reforma Gentile de 1923. Defende a liberdade do ensino em respeito ao direito educativo da família, o ensino religioso na escola elementar e é contra a laicização do ensino elementar. Nessa perspectiva os necrológicos usam metáforas religiosas para a exaltação do professor “apóstolo, missionário, vocação, sacrifício, humildade, elevação espiritual, caridade cristã” (2016b, p. 47).

O quinto capítulo analisa os necrológicos das décadas de 1920 e 1930, período fascista, pelos periódicos *I Diritti della Scuola* e *Scuola Italiana Moderna*, observando o “processo de fascistização da classe do magistério e da escola popular” (2016b, p. 57). Os autores destacam que permanece uma exaltação do magistério na tradição da Igreja e do catolicismo, como um sacerdote, que atua com dignidade e consciência, mas também, contraditoriamente, respeita o sistema de valores do regime de Mussolini.

O último capítulo aborda os necrológicos na revista *Scuola Italiana Moderna* no período depois da segunda grande guerra. Uma primeira característica é de fazer referência àqueles professores que participaram da resistência ao regime e da guerra de libertação. Outra perspectiva é de exaltar o professor distante de qualquer clichê da propaganda nazista.

Ascenzi e Sani (2016b), nas conclusões finais da análise da representação do magistério e de funcionários escolares nos necrológicos, publicados em revistas de educação e ensino da Itália, em longa duração, destacam a importância dessa fonte para a “definição da identidade docente e para a construção e circulação de um determinado imaginário em torno da figura do professor da escola elementar” (p. 87). A idealização de atitudes, comportamentos, valores morais e éticos também expressam um paradoxo, pois ocultam a situação de marginalidade social e de um fazer pedagógico permeado de dificuldades devido à parca remuneração e condições profissionais.

As obras dos pesquisadores aqui analisadas são um contributo para ampliar a análise de temas e objetos de pesquisa com uma perspectiva internacionalizada e de educação comparada. Com a institucionalização da escola pública no século 19 observamos a ressonância de inúmeras propostas para a educação escolar, mas que necessitam ser melhor analisadas e explicitadas em diferentes suportes teóricos e metodológicos, mas também de tempo e espaço.

Referências

ASCENZI, Anna; SANI, Roberto. *Tra disciplinamento sociale ed educazione alla cittadinanza: l'insegnamento dei Diritti e Doveri nelle scuole dell'Italia unita (1861-1900)*. Macerata: Università di Macerata, 2016.

ASCENZI, Anna; SANI, Roberto. *Oscuri martiri, eroi del dovere: memoria e celebrazione del maestro elementare attraverso i necrologi pubblicati sulle riviste didattiche e magistral nel primo secolo dell'Italia unita (1861-1961)*. Milano: Franco Angeli, 2016

BASTOS, Maria Helena Camara. Culturas e história da educação: desafios para a pesquisa. ENCONTRO SUL-RIOGRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 21, 2015. Anais ... Caxias do Sul: UCS/Asphe, 2015.

PRIKLADNICKI, Fábio. A arte do obituário. *Zero Hora*. Segundo Caderno. Porto Alegre, 15 jul. 2015, p. 3.

MARIA HELENA CAMARA BASTOS é professora na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora visitante na Università degli studi di Macerata/Itália.

Endereço: Rua Eng. Álvaro Nunes Pereira, 340/906 - 90570-110 - Porto Alegre - RS - Brasil.

E-mail: mhbastos1950@gmail.com.

Recebido em 12 de fevereiro de 2016.

Aceito em 14 de abril de 2016.